

Processo disciplinar com ref.^a DA 106/12

Arguido: [REDACTED]

ACÓRDÃO

Acordam os membros que constituem o Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Canoagem:

1. Relatório

Na sequência de participação feita pela Direcção da Federação Portuguesa de Canoagem (FPC) a 6 de Julho de 2012, no dia 9 daquele mesmo mês, o Conselho de Disciplina da FPC (CD) determinou a instauração de procedimento disciplinar ao atleta [REDACTED] com fundamento em factos ocorridos a 7 de Julho de 2012 no Campeonato Regional de Velocidade – Centro – *Test Event*, realizado no Centro de Alto Rendimento (CAR) de Montemor-o-Velho.

Como instrutor, foi nomeado Senhor Dr. Sérgio Agostinho Ferreira.

O clube arguido foi notificado da instauração do procedimento disciplinar a 26 de Julho de 2012.

No dia 17 de Setembro de 2012 o arguido foi igualmente notificado da decisão do Conselho de Disciplina da FPC a determinar a sua suspensão preventiva da actividade desportiva até conclusão do processo disciplinar (fls. 18 a 21).

No dia 15 de Janeiro de 2013, o arguido foi notificado da nota de culpa, imputando-lhe o Sr. Instrutor a prática de quatro infracções disciplinares, por comportamentos subsumíveis ao disposto nas alíneas e), i), j) e m), do ponto 10.1 do RD, conjugado com o disposto nos pontos 10.1, 2, e 3.5, alínea h), do mesmo RD, puníveis com sanção de 3 a 12 meses de suspensão de toda a actividade desportiva ou de 5 a 20 provas.

No dia 16 de Janeiro de 2013, o arguido apresentou a sua defesa (fls. 37 a 41) e juntou os documentos de fls. 42 a 51, e 55 a 56.

Com a defesa, o arguido não arrolou qualquer testemunha nem requereu a realização de qualquer diligência, excepto a consulta do processo, que foi deferida.

No dia 18 de Março de 2013, o Sr. Instrutor elaborou relatório final e proposta de decisão, considerando, a final, provada a prática pelo arguido de quatro infracções disciplinares e propondo a aplicação ao arguido da pena única de 7 meses e 15 dias de suspensão.

2. Matéria de facto provada

1. [REDACTED] é portador da licença federativa n.º [REDACTED]
2. O arguido integra os quadros do [REDACTED], com sede na [REDACTED]
[REDACTED]
3. Está inscrito na Federação Portuguesa de Canoagem desde a época desportiva de 1992.
4. O arguido compete, actualmente, no escalão de Veteranos-B.
5. No dia 01/07/2012 realizou-se o Campeonato Regional de Velocidade – Centro – *Test Event*, no CAR de Montemor-o-Velho.
6. O arguido encontrava-se inscrito para a mencionada competição.
7. No dia da prova, o arguido apresentou-se no funil de entrada da regata atrasado e já depois do início da mesma.
8. O arguido apresentou-se também sem o respectivo documento de identificação.
9. No momento em se preparava para competir, o arguido foi impedido de o fazer pelo árbitro presente no funil, que transmitiu ao arguido que recebera indicações do juiz árbitro para se dirigir até à torre de chegada.
10. O arguido dirigiu-se então à torre de chegada e, no exterior, perante o Juiz árbitro, num estado de grande exaltação, proferiu a seguinte expressão: “Isto acaba aqui hoje”.
11. De seguida, o arguido subiu ao primeiro piso da torre de chegada, à divisão onde estavam os restantes membros da equipa de arbitragem e, na presença destes, dirigiu-se a estes dizendo: “Eu parto isto tudo”; “filhos da puta”.
12. Em acto contínuo, no mesmo local, o arguido agarrou e lançou contra a mesa dos árbitros um dos cronómetros.
13. O arguido atingiu o árbitro [REDACTED] no ombro, por meio e forma não apurada, provocando-lhe um hematoma.
14. O mencionado árbitro [REDACTED] teve que receber assistência da equipa da Cruz Vermelha presente no local.
15. De modo acalmarem o arguido, o juiz árbitro e o membro do Conselho Nacional de Arbitragem (CNA), [REDACTED] agarraram o arguido e encaminharam-no em direcção ao exterior do edifício.
16. No exterior da torre de chegada, o arguido, de modo repentino, desferiu uma cabeçada contra o membro do CNA, [REDACTED], atingindo-o no sobrolho.

17. O referido membro do CNA foi transportado para o Hospital dos Covões, onde foi suturado com quatro pontos.
18. O arguido afastou-se depois do local.
19. O arguido agiu de forma livre, consciente e voluntária, bem sabendo que a sua conduta era proibida pela lei e pelos regulamentos da Federação Portuguesa de Canoagem.
20. No dia 27/07/2012, o arguido dirigiu uma carta ao Membro do CNA a pedir-lhe a marcação de um encontro “para explicar o porquê da situação”.

*

Ao invés, não foi dado como provado, entre outros factos, que:

- A. O arguido tenha proferido a expressão constante do ponto 10. supra num tom provocador e atentatório.
- B. O arguido tenha proferido as expressões constantes do ponto 11. supra num tom de voz alto e ameaçador;
- C. O arguido se tenha colocado em fuga;
- D. O arguido tenha mostrado arrependimento.

Não foi também dada como provada toda a demais matéria conclusiva vertida na acusação, por ser insusceptível de prova.

3. Fundamentação de facto

Para prova dos factos atrás enunciados, apoiámo-nos, essencialmente, no relatório de competição de fls. 3 a 5, que é claro na descrição dos factos, na identificação do autor, na identificação dos visados pelos actos do arguido e na menção das circunstâncias de tempo, modo e lugar em que aqueles mesmos actos foram praticados. Podemos assim dar como provada, para além de qualquer dúvida razoável, a factualidade supra descrita.

O relatório é, porém, omissos quanto ao meio e forma como o arguido atingiu o árbitro [REDACTED] no ombro, não tendo sido realizada qualquer diligência instrutória. Assim, por manifesta impossibilidade de apurar qualquer o concreto meio e forma utilizada para atingir o árbitro no ombro (não se sabendo se tal resultou de empurrão, do arremesso do cronómetro, de soco, pontapé, etc), não podemos dar como provado outro facto que não aquele que consta do item 13. da matéria de facto provada.

Os documentos apresentados pelo arguido foram também apreciados mas nenhum deles permite dar como provado qualquer facto relevante para a boa decisão da causa. Em especial, sobre a carta dirigida ao Membro do CNA de fls. 55 a 56, cumpre dizer que a mesma não consubstancia qualquer pedido de desculpa ou gesto de arrependimento, como resulta do respectivo teor. Da leitura da mesma resulta, isso sim e tão-só, um pedido do arguido para se encontrar com o Membro da CNA [REDACTED] para lhe “explicar o porquê da situação”.

4. Fundamentação de direito

O arguido vem acusado da prática de quatro infracções disciplinares muito graves previstas nas alíneas e), i), j) e m), do ponto 10.1 do RD, conjugadas com o disposto nos pontos 10.1, 2, e 3.5, alínea h), do mesmo RD, a saber:

e) “usar palavras conhecidas e entendidas como obscenas, proferidas de forma a serem claramente ouvidas pela equipa de arbitragem ou pelo público”;

i) “tiver qualquer atitude, observação ou comportamento, que seja considerado ofensivo, dirigido a árbitro (...) no exercício das suas funções (...)”;

j) “atirar, lançar, golpear ou partir pagaia ou qualquer outro equipamento, de forma intencional, violenta, furiosa ou perigosa, em qualquer altura da prova (...)”;

m) “ofender ou tentar ofender fisicamente ou tentar insultar alguém da equipa de arbitragem, adversário, dirigente, espectador, ou qualquer outra pessoa presente no recinto onde se realizam as competições”,

e puníveis com sanção de 3 a 12 meses de suspensão de toda a actividade desportiva ou de 5 a 20 provas, por considerar a acusação que as condutas assumem excepcional gravidade (cf. pontos 10.1, 2, e 3.5, alínea h), do mesmo RD).

Vejamos.

4.1. Da injúria dirigida aos árbitros

Conforme resulta da factualidade provada, o arguido, no dia da prova e no decurso da mesma, subindo ao primeiro piso da torre de chegada e dirigindo-se directamente aos membros da equipa de arbitragem aí presentes, disse-lhes: “Eu parto isto tudo”, “filhos da puta”.

Independentemente da região do país em que sejam proferidas tais palavras, não são as mesmas, de modo algum, toleráveis no âmbito das competições desportivas, mormente se usadas para achincalhar os árbitros.

O desporto nasce e desenvolve-se tendo por partida e limite as regras desportivas, o respeito pelos adversários, o respeito devido aos árbitros, o fair play e a ética na prática desportiva, traduzindo-se estes valores no modelo axiológico mínimo exigível a qualquer agente desportivo.

Estamos, pois, perante os factos que devem ser considerados objectivamente ilícitos, por ofensivos do bom nome e reputação dos árbitros visados.

Não há também dúvidas que o arguido actuou conhecendo o carácter ofensivo e insultuoso das afirmações que proferiu e que o fez com o propósito de rebaixar e humilhar os mencionados árbitros, como forma de retaliação perante a decisão do juiz árbitro de não autorizar que o arguido competisse por não se ter apresentado à hora marcada no funil de entrada, nem ter com ele documento de identificação.

O arguido agiu, portanto, com vontade de ofender a honra dos árbitros através do uso de palavras insultuosas e efectivamente ofendeu-os, ferindo-os no seu bom-nome e reputação.

Essa ofensa foi consumada directamente perante os árbitros e ocorreu em momento e em local onde estes estavam a exercer as suas funções desportivas.

O comportamento do arguido integra assim o ilícito previsto na alínea m) do ponto 10.1 do RD – “(...) insultar alguém da equipa de arbitragem (...)” – não restando dúvidas de que actuou com dolo directo.

Não obstante a gravidade dos factos, no que a este ilícito diz respeito, não vemos razão para qualificá-lo como sendo de excepcional gravidade à luz dos pontos 10.1.2. e 3.5, h) do RD, pois que, para essa qualificação, carecem os autos de matéria fáctica que permita concretizar a referida excepcional gravidade.

Em todo o caso, é manifesta a gravidade dos factos praticados pelo arguido, como é também evidente que o arguido actuou com dolo directo, afigurando-se elevado o grau de ilicitude e intensa a culpa.

Os factos são por isso graves e merecem forte juízo de censura e reprovação, não podendo, de modo algum, ser tolerados no âmbito de uma competição desportiva.

Pelo exposto, ao invés da pena de suspensão proposta pelo Sr. Instrutor e prevista no ponto 10.1.2 do RD, entendemos que deverá ser aplicada ao arguido suspensão a determinar, em concreto, entre os limites máximos e mínimos de 1 a 3 meses previstos no ponto 5.4 do RD, uma vez que não se nos afigura adequada nem suficiente, a título de prevenção geral e especial, a aplicação de qualquer pena de menor gravidade, nomeadamente, de advertência ou repreensão.

Ponderando a gravidade dos factos e a intensidade da culpa (dolo directo), a merecer forte juízo de censura e reprovação desportiva, decide-se aplicar ao arguido,

pela prática desta infracção, a sanção de suspensão da actividade desportiva pelo período de 1 (um) mês.

4.2. Do arremesso do cronómetro contra a mesa dos árbitros

Mais ficou provado que, depois de proferido o insulto atrás referido, arguido agarrou e arremessou um dos cronómetros contra a mesa dos árbitros em momento em que a prova já se iniciara e estava a decorrer.

Demonstrados que estão tais factos e circunstâncias de modo e tempo, dúvidas não restam que agiu de forma intencional e, ao mesmo tempo, violenta.

Encontram-se, pois, preenchidos os requisitos para que se julgue consumado o ilícito previsto na alínea j) do ponto 10.1 do RD: “atirar, lançar, golpear ou partir a pagaia ou qualquer outro equipamento, de forma intencional, violenta, furiosa ou perigosa, em qualquer altura da prova (...)”.

Cometeu assim o arguido a infracção disciplinar prevista na alínea j) do ponto 10.1 do RD.

Não obstante a gravidade dos factos, também não vemos razão, quanto a este ilícito, para qualificá-lo de excepcional gravidade à luz dos pontos 10.1.2. e 3.5, h) do RD, pois que, para essa qualificação, carecem os autos de matéria fáctica que permita concretizar a referida excepcional gravidade.

Em todo o caso, é manifesta a gravidade dos factos praticados pelo arguido, como é também evidente que o arguido actuou com dolo directo, constituindo ainda agravante o facto de o ter feito perante os árbitros e na mesa destes.

Assim sendo, entendemos que deverá ser aplicada ao arguido suspensão a determinar, em concreto, entre os limites máximos e mínimos de 1 a 3 meses previstos no ponto 5.4 do RD, uma vez que não se nos afigura adequada nem suficiente, a título de prevenção geral e especial, a aplicação de pena menor, nomeadamente, advertência ou repreensão.

Neste sentido, ponderando a gravidade dos factos e a intensidade da culpa (dolo directo), a merecer forte juízo de censura e reprovação desportiva, decide-se aplicar ao arguido, pela prática desta infracção, sanção de suspensão da actividade desportiva pelo período de 1 (um) mês e (15) dias.

4.3. Da ofensa da integridade física do árbitro

Para além dos factos já referidos, provou-se ainda que, aquando da investida sobre a mesa dos árbitros e arremesso do cronómetro, o arguido atingiu o árbitro

██████████ no ombro, provocando-lhe um hematoma e motivando a assistência da
equipa da Cruz Vermelha presente no local.

Porém, como se disse, o relatório da prova é omissivo na descrição do comportamento do arguido, não concretizando nem o meio nem a forma como o arguido atingiu o árbitro ██████████ no ombro. Por outro lado, não foi também realizada qualquer diligência instrutória no sentido de apurar tais factos.

Permanece por isso, nesta fase, dúvida insanável sobre o meio e forma utilizada para atingir o árbitro no ombro e sobre a intencionalidade subjacente a tal comportamento, desconhecendo-se por completo se tal “atingimento” resultou de empurrão, do arremesso do cronómetro, de soco, pontapé, e desconhecendo também se tal “atingimento” resultou de acto intencional ou de mera casualidade.

Na falta de apuramento cabal do facto em sede instrutória e em face da insuficiente descrição fáctica do mesmo na acusação, não podemos considerar demonstrado que o arguido ofendeu fisicamente a integridade física do mencionado árbitro e que tenha praticado a infracção prevista na alínea m) do ponto 10.1. do RD: “ofender ou tentar ofender fisicamente (...) alguém da equipa de arbitragem (...)”.

Convém recordar que no âmbito do direito sancionatório qualquer dúvida não sanada em sede probatória aproveita ao arguido, em obediência ao princípio constitucional da presunção de inocência.

Pelo exposto, no que respeita à conduta aqui analisada, improcede a acusação, nessa parte, por não provada a prática de qualquer infracção disciplinar, nomeadamente, a infracção prevista pela alínea m) do ponto 10.1. do RD.

4.4. Da ofensa da integridade física do membro da CNA, ██████████

Conforme resulta dos provados, no exterior da torre de chegada, o arguido, quando estava a ser acalmado e segurado pelos presentes, de modo repentino, desferiu uma cabeçada contra o membro do CNA, ██████████ atingindo-o no sobrolho. Em resultado desse comportamento, o referido membro do CNA foi transportado para o Hospital dos Covões, onde foi suturado com quatro pontos.

É, portanto, inequívoco que o arguido através da conduta descrita ofendeu a integridade física do mencionado membro do CNA, causando-lhe lesão, dor e sofrimento.

Actuou com conhecimento do carácter ilícito dos factos e com o propósito de ofender a integridade física do referido membro do CNA.

E pese embora o arguido alegue que tal sucedeu inadvertidamente e que se dirigiu ao ofendido para pedir desculpa, o certo é que o documento que juntou não

consubstancia qualquer pedido de desculpa, como se pode verificar pelo respectivo teor (fls. 55 e 56).

Em face da factualidade apurada, cometeu o arguido a infracção prevista na alínea m) do ponto 10.1. do RD, na forma consumada: “ofender (...) fisicamente (...) alguém da equipa de arbitragem (...)”, conduta essa que assume excepcional gravidade na medida em que provocou ferimento ao ofendido e que obrigou a assistência hospitalar e suturação do sobrolho com quatro pontos.

Entendemos, por isso, que a conduta foi praticada de modo excepcionalmente grave, como previsto nos pontos 10.1.2 e 3.5, h), do RD, pelo que deverá ser sancionada com pena de suspensão de 2 (dois) a 3 (três) meses.

Sopesando a elevada gravidade dos factos, a intensidade da culpa, o grau de lesão do ofendido e o enorme desprestígio que tais condutas acarretam para a modalidade e para o desporto em geral, colocando gravemente em causa os valores mais básicos do desporto, nomeadamente a ética, o respeito e o *fair play* desportivo, decide-se aplicar ao arguido a pena de suspensão da actividade desportiva por 2 (dois) meses e 15 (quinze) dias.

5. Do cúmulo das penas

Pela prática de cada uma das três infracções disciplinares atrás descritas, decidiu-se aplicar ao arguido as seguintes penas:

- 1 (um) mês de suspensão da prática da actividade desportiva;
- 1 (um) mês e 15 (quinze) de suspensão da prática da actividade desportiva; e
- 2 (dois) meses e 15 (quinze) dias de suspensão da prática da actividade desportiva.

Dispõe, todavia, o ponto 5.6 do RD que não pode ser aplicada ao arguido mais do que uma sanção pelas infracções acumuladas num processo (ponto 4.3), sem prejuízo do previsto no ponto 4.4 (graduação).

E se é certo que no caso de terem sido aplicadas ao arguido várias penas de multa, o ponto 4.4.4 diz expressamente que as penas de multa serão sempre acumuladas entre si ou com outras sanções, o mesmo RD não explica de que forma é que o julgador deverá proceder para realizar o cúmulo de várias penas de suspensão aplicadas ao arguido no âmbito do mesmo processo quando exista acumulação de faltas.

Na acusação e no seu relatório final, optou o Sr. Instrutor por seguir o método da acumulação material das penas relativamente ao cúmulo a realizar quanto às penas parcelares de suspensão aplicadas.

Assim, partindo da soma aritmética das molduras disciplinares abstractamente aplicáveis a cada uma das quatro infracções que considerou praticadas, o Sr. Instrutor fixou a moldura abstracta do cúmulo em 3 (três) a 12 (doze) meses de suspensão de toda a actividade desportiva ou de 5 (cinco) a 20 (vinte) provas.

Não é, contudo, essa a nossa posição.

Na falta de disposição regulamentar que determine a forma de efectuar o cúmulo das penas de suspensão aplicadas ao arguido pela prática de cada uma das infracções, entendemos que não temos outra alternativa senão proceder à aplicação do regime do concurso previsto no artigo 77º do Código Penal (CP), por aplicação do ponto 1.1.1.3 do RD, a fim de encontrar a pena única.

E no que para o caso interessa, dispõe o artigo 77º, 2, do CP que a pena aplicável tem como limite máximo a soma das penas concretamente aplicadas aos vários crimes (*in casu*, infracções), e como limite mínimo a mais elevada das penas concretamente aplicadas aos vários crimes (entenda-se, infracções).

Considerando que as penas concretamente aplicadas ao arguido, uma vez somadas, representam 5 (cinco) meses de suspensão e que a mais elevada das penas concretamente aplicadas ao arguido é de 2 (dois) meses e 15 (quinze) dias, a pena única a aplicar devesse ter como:

- limite mínimo: 2 meses e 15 dias de suspensão;

- limite máximo: 5 meses de suspensão.

Importa então encontrar a pena única dentro dos referidos limites, ponderando para tal, em conjunto, os factos e a personalidade do agente.

Perante os factos já descritos, não subsistem dúvidas do carácter grave das diversas condutas praticadas pelo arguido, que revelam, da parte deste, profundo desrespeito pelo bom-nome dos árbitros, pela integridade física dos mesmos e pelos mais elementares princípios desportivos do respeito pelos demais agentes, da ética e da não-violência.

Cumpra ainda registar que os factos globalmente considerados colocam gravemente em causa a ética, o espírito desportivo e a dignidade da competição.

Por outro lado, é evidente que o arguido actuou com dolo intenso.

E, também não podemos deixar de notar, nomeadamente pela leitura das cartas pelo mesmo juntas com a defesa, que o arguido não mostrou qualquer arrependimento pela conduta assumida, procurando justificar-se, ao invés de assumir o erro e pedir desculpas pela sua conduta.

Estamos, pois, perante caso em que as exigências de prevenção especial e geral são muito fortes porque condutas como as relatadas merecem forte juízo de censura e reprovação social e desportiva.

Pelo exposto, determina-se a aplicação ao arguido de uma pena única de 4 (quatro) meses de suspensão de toda a actividade desportiva.

*

6. Decisão

Nos termos e com os fundamentos expostos, acordam os Membros que constituem o Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Canoagem em julgar a acusação parcialmente procedente, por provada, e, em consequência, condenar o arguido pela prática das três infracções disciplinares atrás citadas previstas no ponto 10.1, al. j) e m) do RD, 10.1.2 e 3.5., al. h), do mesmo RD, determinando-se, após cúmulo jurídico, a aplicação da pena única de 4 (quatro) meses de suspensão de toda a actividade desportiva.

*

Considerando o tempo de suspensão já cumprido pelo arguido a título preventivo, declara-se a pena extinta por cumprimento.

*

Notifique.

*

Publique-se a deliberação no *site* na internet da Federação Portuguesa de Canoagem, em cumprimento do disposto pelo artigo 8º, n.º 1, al. b), do Decreto-Lei n.º 248-B/2008, de 31 de Dezembro, eliminando-se da publicação todos os dados pessoais relativos ao clube e aos atletas, designadamente, nomes, número de licença federativa e morada.

*

Sem custas, nos termos do ponto 9.8. do Regulamento Disciplinar.

*

Vila Nova de Gaia, 11 de Julho de 2013

